

# **Crise levará 13 milhões para as classes D e E**

Apesar do auxílio emergencial pago pelo governo — o valor será de R\$ 300 até o fim do ano —, a classe média encolherá e milhões de brasileiros serão jogados para a base da pirâmide social. A desigualdade demorará anos para ser revertida. PÁGINAS 6 E 7

Redução da ajuda oficial e continuidade do ritmo lento da atividade econômica devem deslocar 13 milhões de pessoas para as classes D e E, além de aumentar o fosso de renda entre ricos e pobres no Brasil, preveem analistas

# Corte no auxílio eleva desigualdade no país

» ROSANA HESSEL

A pandemia da covid-19 está deixando um rastro de destruição e aumentando a desigualdade na economia global — e no Brasil não é diferente. A certeza entre especialistas ouvidos pelo *Correio* é de que, apesar de o auxílio emergencial de R\$ 600 ter ajudado os mais vulneráveis a enfrentarem a turbulência — o valor até o fim do ano será de R\$ 300, e tirado uma boa parte da população da zona de pobreza neste ano, o quadro vai piorar em 2021. Estimativas preliminares apontam que, pelo menos, uma dezena de milhões de pessoas deve voltar para as faixas mais baixas de renda no ano que vem, ampliando o fosso entre ricos e pobres no país.

Estudo recente liderado por Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), mostra que, até julho último, 13,1 milhões haviam saído do grupo das pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 552), em grande parte, devido a medidas como o auxílio de R\$ 600. No ano que vem, contudo, o mesmo número de pessoas deve sofrer perda de renda e engrossar as faixas D e E, formadas por famílias com renda mensal até R\$ 2,5 mil, que são a base da pirâmide social.

"Tudo vai depender do que o governo fizer em termos de ajuda à população de baixa renda. Como a mágica da melhora temporária na renda devido ao auxílio emergencial vai acabar, pelo menos 13 milhões de pessoas voltarão para as faixas mais pobres", aposta Neri.

De acordo com o pesquisador, o auxílio evitou que boa parte da população passasse fome em meio à recessão profunda em que o país mergulhou com a covid-19. Mas reforça que o benefício começa a ser reduzido em setembro. "A medida vai diminuir o ganho de boa parte das pessoas que saíram da pobreza. Elas devem voltar para o estrato mais baixo já ao longo deste ano", afirma.

## Mercado de trabalho

Levantamento feito por Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, identificou que 11 milhões de pessoas devem ser incorporadas às classes D e E entre 2019 e 2021. O inchaço das classes mais baixas de renda deverá ser mais perceptível no Nordeste. Contudo, o crescimento deve ser grande também no Sudeste, "por conta das perdas no setor de serviços, que tem peso relevante na região".

"O agravante da piora na distribuição de renda que ocorrerá em 2021 é a deterioração do mercado de trabalho, com o aumento da base de assistência social hoje concentrada no Bolsa Família", explica Vale. Ele lembra que as novas regras do mercado de trabalho podem permitir arranjos para essas classes durante a pandemia, mas não implicam melhora da renda. "Parece razoável trabalhar com piora adicional em 2021", adianta.

Após a divulgação da queda histórica 9,7% do Produto Inter-

no Bruto (PIB) no segundo trimestre em relação ao anterior, Vale revisou de 5,3% para 4,8% a estimativa de retração da economia em 2020, mas manteve a projeção de crescimento de 2,2% em 2021, porque não vê um cenário de retomada acelerada, como o governo espera. A previsão de Vale é bem inferior à do Ministério da Economia, de 3,2%.

"O aumento da desigualdade, com mais pessoas perdendo renda e retornando para as camadas mais pobres, vai prejudicar a retomada em 2021, especialmente, via consumo das famílias. Desigualdade maior não ajuda o crescimento, e o padrão de consumo será de produtos básicos. Não haverá o salto de consumo que poderia ocorrer via crédito, porque a renda das pessoas não vai crescer", explica o economista.

Sergio Vale lembra que, quando o Bolsa Família surgiu, houve forte ampliação do consumo no Nordeste, a região mais beneficiada pelo programa. "Pode ser que, a depender de quanto for o Renda Brasil, esse impacto aconteça de novo. Mas a base de comparação será ruim, já que vai ser bem menos que R\$ 600 do auxílio emergencial", afirma.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, observa que as classes D e E já representam quase 60% da população. "Com as pessoas perdendo o emprego, pelo menos 3,8 milhões de domicílios devem ser adicionados às faixas mais pobres", destaca.

Alessandra acrescenta que, após apresentar crescimento neste ano, devido ao auxílio do governo, no ano que vem, a mas-

sa de renda deverá encolher significativamente, mesmo que o Executivo consiga lançar o Renda Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família, com benefício mensal de R\$ 300 para 17 milhões de famílias. Atualmente, o Bolsa atende 14 milhões de famílias. "Pelas nossas estimativas, a massa de rendimentos da população deverá cair 4,2%, após crescer 4,5% neste ano. É uma paulada na renda", adianta.

Jefferson Nascimento, coordenador de pesquisa da Oxfam Brasil, nota que a desigualdade, que é medida pelo Índice de Gini, vinha caindo desde 2001, mas voltou a crescer a partir da recessão de 2015, apesar de apresentar pequena variação em 2019. "E, agora, possivelmente, tornará a aumentar", diz.



**Como a mágica da melhora temporária na renda devido ao auxílio emergencial vai acabar, pelo menos 13 milhões de pessoas voltarão para as faixas mais pobres"**

**Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social)**

## Trava na retomada

A renda média familiar de todos os trabalhos no país, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de R\$ 2.308 mensais, enquanto 1% da população ganha 12 vezes mais, R\$ 28.659. Famílias mais pobres e sem instrução têm rendimento infinitamente menor, de R\$ 805 por mês. E os analistas são unânimes em admitir que esse quadro deve piorar no ano que vem.

Na última sexta-feira, o IBGE informou que 12,9 milhões de pessoas estavam desempregadas na segunda semana de agosto, o que elevou a taxa de desocupação para 13,6% — bem acima dos 10,5% da primeira semana de maio, quando a pandemia atingia o pico dos contágios e grande parte das pessoas não saía de casa para procurar emprego. Alessandra Ribeiro, da Tendências, prevê que o desemprego chegará a 15,7% em 2021, mesmo com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo 3%. “O mercado de trabalho não vai ser capaz de absorver todas as pessoas”, lamenta.

O economista Fernando Ribeiro, professor do Insper, reconhece que a piora na desigualdade será mais uma trava para o crescimento da economia. Para ele, é apenas “momentânea” a “calmaria institucional” que o governo tentou transmitir à sociedade ao encaminhar ao Congresso o projeto de reforma administrativa e a proposta orçamentária dentro do teto de gastos.

## Velho problema

O principal motor do crescimento, o investimento, não deve reagir tão cedo, especialmente, do setor privado. “Há uma trava política que também atrapalha o processo de retomada, o risco fiscal é muito elevado e os investidores estão receosos, principalmente, quando olham para a piora dos dados ambientais, que é o que vai pesar nas decisões”, explica Ribeiro. “O aumento das faixas D e E é mais um desalento, e o país continua com o velho problema da desigualdade elevada, resultado da baixa escolaridade da população e da falta de políticas públicas eficientes”, emenda.

O economista Marcelo Neri, da FGV, reforça que esse quadro nada animador só confirma o fato de que o país está preso “na armadilha da renda média baixa”. “Quando olhamos para o PIB per capita, o país não está entre os piores, mas o problema é que a desigualdade regional é muito forte, e a pandemia vai agravar essa situação, com piora no mercado de trabalho e aumento da informalidade, que já é elevada e está associada aos menores rendimentos. Quando o auxílio emergencial sair de cena, o governo vai ter de enfrentar a realidade: o Brasil é um país pobre”, conclui o especialista da FGV. (RH)

## O que está por vir

A partir do ano que vem, a população mais pobre deve aumentar e um exército de mais de uma dezena de milhões de pessoas voltará para as classes D e E

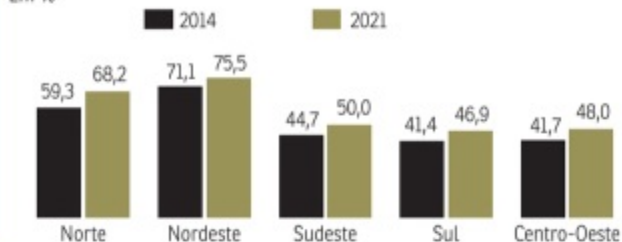
### Projeções da MB Associados para o crescimento do número de pessoas por classe de renda e por região, entre 2019 e 2021

Dados em milhões de pessoas

Região	Classe A	Classe B	Classe C	Classe D e E
Norte	-2,29	6,73	-3,8	14,47
Nordeste	-6,17	-4,40	-2,50	11,43
Sudeste	-5,32	-3,36	-1,20	11,60
Sul	-4,98	-2,93	-1,88	10,39
Centro-Oeste	-1,79	-3,27	-3,02	10,93

### Porcentagem de domicílios nas classes D e E

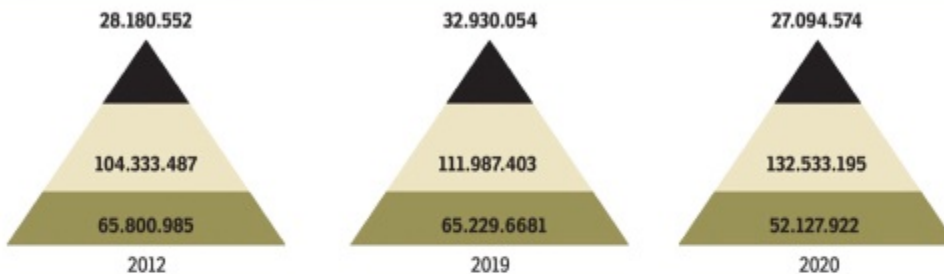
Em %



### Reflexos do auxílio emergencial

Dados da FGV Social mostram ampliação da população com renda média em 13,1 milhões com a distribuição do auxílio emergencial. No ano que vem, Marcelo Neri prevê que esse dado será o piso para o aumento da base da pirâmide com pessoas voltando ao nível de pobreza

\*salário mínimo



■ Menos de 1/2 sm\*    ■ 1/2 a menos de 2 sm    ■ 2 ou mais sm

### Dados da população por regiões

	Menos de 1/2 sm*	1/2 a menos de 2 sm*	2 ou mais de sm*
Norte	37,49	55,69	6,82
Nordeste	36,34	57,29	6,37
Sudeste	19,12	65,05	15,83
Sul	13,97	68,00	18,04
Centro-Oeste	18,56	64,56	15,89
<b>Total</b>	<b>24,62</b>	<b>62,59</b>	<b>12,8</b>

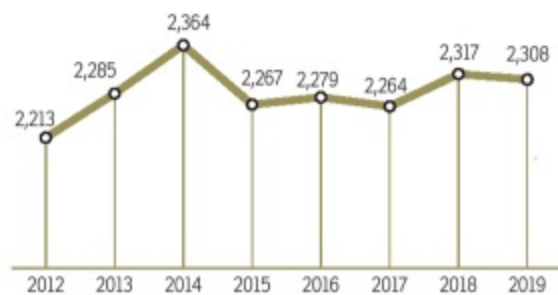
\*salário mínimo

### Desigualdade

O rendimento médio mensal real de todos os trabalhos foi de R\$ 2.308 em 2019 e ele é menor para as pessoas sem instrução.

### Renda média mensal em todas as fontes de trabalho

Valores em R\$



Fontes: MB Associados, FGV Social/PNADC e PNAD Covid e IBGE



Brasileiros que conseguiram sobreviver à crise da covid-19 com base no auxílio emergencial estão apreensivos com a perspectiva de não contar mais com a ajuda do governo, num momento em que há pouca oferta de trabalho

# Incertezas sobre o futuro

» FERNANDA STRICKLAND\*

As dúvidas sobre como estará a economia do país no pós-pandemia e a redução do valor do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300 preocupam pessoas como Jéssica Alves Silva, 29 anos, advogada autônoma e produtora cultural, que está conseguindo sobreviver devido ao benefício, mesmo com muita dificuldade.

Ela mora em uma casa em Ceilândia com mais quatro mulheres que atuam na cena cultural de Brasília. "Antes da pandemia, eu morava sozinha, mas as condições financeiras não foram favoráveis", conta. Todas recebem o auxílio emergencial de R\$ 600. Elas decidiram morar juntas para dividirem as despesas com aluguel e alimentação. "Com o auxílio, custeamos o básico. O preço dos alimentos subiu de maneira expressiva. Só com alimentação, gastamos, em média, R\$ 400 por semana. Ainda têm as despesas com internet, água, luz e medicamentos", explica Jéssica.

"Estamos bem preocupadas. Somos mulheres negras em situação de vulnerabilidade social. Teremos de buscar outros meios de sobrevivência. O problema maior é a falta de oportunidades e, principalmente, o medo de contágio. Sabemos que a realidade da covid atinge de maneira drástica a periferia. Ficamos sem perspectiva de futuro", diz a advogada.

Mesmo com as dificuldades, elas criaram um modo de ajudar outras pessoas na mesma situação, o Festival Preta Ceil. "É um festival on-line com o objetivo de auxiliar artistas e outras

pessoas que atuam na cena cultural. Conseguimos 21 cestas básicas e R\$ 1.020 em dinheiro para dar assistência para pessoas que passam por dificuldades financeiras semelhantes às nossas", conta Jéssica.

Francisco Chagas de Oliveira, 45 anos, morador da Cidade Ocidental (GO), fazia eventos no Distrito Federal, trabalhando como chefe de cozinha e viu sua renda de R\$ 5 mil a 6 mil por mês despencar em meio à pandemia da covid-19. Há seis meses, devido ao isolamento social, vários eventos foram cancelados, impossibilitando que ele conseguisse trabalhar. "Agora, estou dependendo do dinheiro do auxílio emergencial ou de vender marmita", afirma. Ainda desempregado, Francisco conta que tem dificuldades para pagar as contas. E, mesmo mandando currículo para várias empresas, não consegue emprego.

Já a dona de casa Maria Aparecida Fontele dos Santos Costa, 27 anos, que mora em Morajó (CE), está desesperada para manter a família sem o auxílio emergencial, que foi suspenso. "Antes de o benefício ser cancelado, eu já estava preocupada com a diminuição do valor. Agora, me preocupa muito mais, pois o preço das mercadorias só aumenta", conta.

Segundo ela, com o cancelamento, seu marido teve de fazer trabalhos ocasionais para garantir a sobrevivência da família. "Estamos apenas fazendo bicos ou dependendo da diária do meu esposo. Precisamos sustentar uma família com seis pessoas, então, é muito difícil", afirma.

\* Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

Arquivo pessoal



**Com o auxílio, custeamos o básico. O preço dos alimentos subiu de maneira expressiva. Só de alimentação gastamos, em média, R\$ 400 por semana. Ainda têm as despesas com internet, água, luz e medicamentos"**

*Jessica Alves Silva, advogada e produtora cultural*

## Consumo restrito ao básico

» ROSANA HESSEL

As classes D e E, que são a base da pirâmide social, possuem hábitos de consumo bastante restritos à alimentação e à moradia, como aluguel e contas de água e de luz, de acordo com Fabio Mariano Borges, professor de comportamento do consumidor da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM-SP).

Ele lembra que os supérfluos acabam sendo consumidos apenas quando sobra algum dinheiro. "Nesse período de pandemia, devido à retração da renda pelo desemprego, o consumo dessas classes deverá cair, especialmente, com a redução e, posteriormente, o término do auxílio emergencial, porque essas pessoas vão ter maior dificuldade para pagar as contas", destaca. "Nas classes mais baixas, haverá também um cenário de aumento da inadimplência. Logo, o consumo ainda vai demorar para se recuperar nessas famílias, que são numerosas, e cuja maioria deverá continuar desempregada", lamenta.

De acordo com Borges, falta

uma estratégia do governo para lidar com o problema que está por vir, em um cenário em que a pandemia está se estendendo por um período muito maior do que o inicialmente previsto. "A complexidade dessa crise é que ela não é apenas econômica, mas sanitária, e está ficando cada vez mais difícil administrar a retomada das atividades, sem afetar a saúde. O governo não vai conseguir decretar um lockdown. Não é mais tão fácil como no início da pandemia. As pessoas não conseguem mais ficar em casa por tanto tempo", afirma.

Segundo Borges, o governo falhou ao não dar a importância para a crise sanitária no início da pandemia e perdeu tempo trocando os ministros da Saúde. "A comunicação do governo e de empresas também foi muito ruim, porque diziam que tudo ia passar rápido. E a realidade do país não comporta um confinamento prolongado nas classes mais baixas. Elas moram na periferia, onde não há boas condições de saneamento básico, e precisam sair para trabalhar e comer", pontua.